

POLÍTICAS EDUCACIONAIS, PRIVATIZAÇÃO E DISPUTAS PELO DIREITO À EDUCAÇÃO:

CASOS DO PIAUÍ (BRASIL) E DA CIDADE DE BUENOS AIRES (ARGENTINA)

Efigênia Alves Neres

Universidade Federal do Piauí (UFPI-Brasil)

Julieta Heurtley

Universidade de Buenos Aires (UBA-Argentina)

Fernanda Saforcada

Universidade de Buenos Aires (UBA-Argentina)

RESUMO

Nas últimas décadas, as políticas educacionais na América Latina vêm sendo atravessadas por processos de reconfiguração das formas de atuação estatal, ampliação da incidência de agentes privados e difusão de racionalidades gerenciais no interior dos sistemas públicos de ensino. Tais transformações têm incidido sobre a organização das políticas educacionais, os mecanismos de regulação dos sistemas de ensino e os sentidos atribuídos ao direito à educação. Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar comparativamente duas políticas educacionais subnacionais implementadas recentemente no Brasil e na Argentina: o Programa Acelera SEDUC, desenvolvido pelo estado do Piauí a partir de 2023, e a política Secundaria Aprende, implementada na Cidade Autônoma de Buenos Aires a partir de 2025. O estudo parte da compreensão de que essas iniciativas integram processos mais amplos de reorganização da educação pública, articulados à incorporação de mecanismos de monitoramento, avaliação e gestão das aprendizagens. Metodologicamente, adota-se uma abordagem qualitativa, articulando pesquisa bibliográfica e documental. A análise incide sobre marcos normativos, documentos institucionais e conteúdos disponibilizados em páginas oficiais dos órgãos responsáveis pelas políticas examinadas. Os resultados evidenciam que, embora inseridas em contextos históricos, institucionais e educacionais distintos, as duas experiências apresentam convergências relacionadas à centralidade da gestão por resultados, à ampliação de mecanismos de acompanhamento das aprendizagens, à incorporação de tecnologias educacionais e à participação de agentes privados na condução das políticas educacionais. A comparação também revela diferenças quanto ao lugar ocupado por essas iniciativas no interior das políticas educacionais de suas respectivas jurisdições e às estratégias predominantes de intervenção. Enquanto o Acelera SEDUC atua como programa articulador da política educacional estadual, a Secundaria Aprende integra uma trajetória mais ampla de reformas da escola secundária na Cidade Autônoma de Buenos Aires. Conclui-se que as políticas analisadas expressam tendências contemporâneas de reorganização da educação pública na América Latina, marcadas pela ampliação de mecanismos de regulação, monitoramento e gestão das aprendizagens, incidindo sobre as formas de atuação estatal e sobre os sentidos atribuídos ao direito à educação.

Palavras-chave: Direito à educação, Políticas educacionais, Privatização educacional, América Latina, Gestão por resultados.

EDUCATION POLICIES, PRIVATIZATION, AND DISPUTES OVER THE RIGHT TO EDUCATION:

CASES OF PIAUÍ (BRAZIL) AND THE CITY OF BUENOS AIRES (ARGENTINA)

ABSTRACT

In recent decades, educational policies in Latin America have been shaped by processes involving the reconfiguration of state intervention, the increased involvement of private actors, and the spread of managerial rationalities within public education systems. These transformations have impacted the organization of educational policies, the regulatory mechanisms of education systems, and the meanings attributed to the right to education. In this context, this article aims to conduct a comparative analysis of two subnational educational policies recently implemented in Brazil and Argentina: the Acelera SEDUC Program, developed by the state of Piauí beginning in 2023, and the Secundaria Aprende policy, implemented in the Autonomous City of Buenos Aires beginning in 2025. The study is based on the understanding that these initiatives are part of broader processes of reorganizing public education, linked to the incorporation of mechanisms for monitoring, evaluating, and managing learning. Methodologically, a qualitative approach is adopted, combining bibliographic and documentary research. The analysis focuses on regulatory frameworks, institutional documents, and content available on the official websites of the agencies responsible for the policies under examination. The results show that, although situated in distinct historical, institutional, and educational contexts, the two experiences share commonalities related to the centrality of results-based management, the expansion of mechanisms for monitoring learning, the incorporation of educational technologies, and the participation of private actors in the implementation of educational policies. The comparison also reveals differences regarding the role these initiatives play within the educational policies of their respective jurisdictions and the predominant intervention strategies. While Acelera SEDUC functions as a program coordinating state educational policy, Secundaria Aprende is part of a broader trajectory of secondary school reforms in the Autonomous City of Buenos Aires. It is concluded that the policies analyzed reflect contemporary trends in the reorganization of public education in Latin America, marked by the expansion of mechanisms for regulating, monitoring, and managing learning, with a focus on the forms of state action and the meanings attributed to the right to education.

Keywords: Right to education; educational policies; privatization in education; Latin America; results-based management.

POLÍTICAS EDUCATIVAS, PRIVATIZACIÓN Y CONFLICTOS EN TORNO AL DERECHO A LA EDUCACIÓN:

CASOS DE PIAUÍ (BRASIL) Y LA CIUDAD DE BUENOS AIRES (ARGENTINA)

RESUMEN

En las últimas décadas, las políticas educativas en América Latina se han visto marcadas por procesos de reconfiguración de las formas de actuación estatal, la creciente participación de agentes privados y la difusión de lógicas de gestión dentro de los sistemas públicos de educación. Estas transformaciones han influido en la organización de las políticas educativas, los mecanismos de regulación de los sistemas educativos y los significados atribuidos al derecho a la educación. En este contexto, el presente artículo tiene como objetivo analizar comparativamente dos políticas educativas subnacionales implementadas recientemente en Brasil y Argentina: el Programa Acelera SEDUC, desarrollado por el estado de Piauí a partir de 2023, y la política Secundaria Aprende, implementada en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires a partir de 2025. El estudio parte de la comprensión de que estas iniciativas forman parte de procesos más amplios de reorganización de la educación pública, articulados con la incorporación de mecanismos de monitoreo, evaluación y gestión del aprendizaje. Metodológicamente, se adopta un enfoque cualitativo, que combina la investigación bibliográfica y documental. El análisis se centra en marcos normativos, documentos institucionales y contenidos disponibles en las páginas oficiales de los organismos responsables de las políticas examinadas. Los resultados evidencian que, aunque se insertan en contextos históricos, institucionales y educativos distintos, las dos experiencias presentan convergencias relacionadas con la centralidad de la gestión por resultados, la ampliación de los mecanismos de seguimiento del aprendizaje, la incorporación de tecnologías educativas y la participación de agentes privados en la conducción de las políticas educativas. La comparación también revela diferencias en cuanto al lugar que ocupan estas iniciativas dentro de las políticas educativas de sus respectivas jurisdicciones y a las estrategias de intervención predominantes. Mientras que Acelera SEDUC actúa como programa articulador de la política educativa estatal, Secundaria Aprende forma parte de una trayectoria más amplia de reformas de la escuela secundaria en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Se concluye que las políticas analizadas expresan tendencias contemporáneas de reorganización de la educación pública en América Latina, marcadas por la ampliación de los mecanismos de regulación, monitoreo y gestión del aprendizaje, incidiendo en las formas de actuación estatal y en los significados atribuidos al derecho a la educación.

Palabras clave: Derecho a la educación, políticas educacionales, privatización educativa, América Latina, gestión por resultados.

Introdução

Desde a década de 1990, as políticas educacionais na América Latina têm sido marcadas por transformações associadas às reformas estatais orientadas pelos princípios do neoliberalismo, à redefinição das formas de regulação das políticas públicas e à crescente participação de agentes privados na educação. Em diferentes países da região, tais processos foram acompanhados pela difusão de mecanismos de avaliação em larga escala, gestão por resultados, reformas curriculares, modelos de responsabilização e novas formas de governança educacional, produzindo reconfigurações nas relações entre Estado, mercado e educação pública.

Nas décadas seguintes, essas transformações assumiram novas configurações, articulando-se à ampliação da atuação de fundações, institutos empresariais, organizações da sociedade civil e empresas especializadas na oferta de serviços educacionais, bem como à crescente incorporação de tecnologias digitais nos sistemas de ensino. Nesse cenário, as disputas em torno do direito à educação passaram a envolver não apenas questões relacionadas ao acesso e à permanência escolar, mas também os sentidos atribuídos à qualidade educacional, às responsabilidades do Estado e às formas de organização e gestão da educação pública.

A compreensão dessas dinâmicas exige considerar que as reformas educacionais contemporâneas não se expressam apenas em mudanças normativas ou administrativas isoladas, mas se materializam por meio de políticas concretas implementadas em diferentes contextos nacionais e subnacionais. A análise dessas experiências permite apreender como tendências mais amplas de reconfiguração da ação estatal e de reorganização das políticas educacionais assumem formas específicas em distintas realidades, produzindo arranjos institucionais, estratégias de intervenção e mecanismos de regulação particulares.

É nesse contexto que se insere o presente artigo, cujo objetivo é analisar comparativamente duas políticas educacionais subnacionais implementadas recentemente no Brasil e na Argentina: o Programa Acelera SEDUC, desenvolvido no estado do Piauí a partir de 2023, e a política Secundaria Aprende, implementada na Cidade Autônoma de Buenos Aires (CABA)¹ a partir de 2024. Ambas são compreendidas como parte de processos mais amplos de reforma educacional desenvolvidos em suas respectivas jurisdições, constituindo expressões particulares das transformações que vêm reconfigurando as políticas educacionais na América Latina.

A escolha desses casos justifica-se por sua relevância no cenário recente das políticas educacionais de Brasil e Argentina e por sua potencialidade para evidenciar aproximações e especificidades nas formas contemporâneas de reorganização da educação pública. Embora inseridas em contextos distintos, as duas experiências mobilizam estratégias relacionadas à gestão educacional, à avaliação, à reorganização curricular, ao uso de tecnologias e à participação de agentes privados, permitindo apreender como tais elementos se articulam a projetos mais amplos de reforma educacional.

¹ Importante esclarecer que a Cidade Autônoma de Buenos Aires (CABA), capital da Argentina, possui condição político-administrativa equivalente à das unidades federativas brasileiras, apresentando autonomia institucional, normativa e administrativa própria.

A análise desenvolve-se a partir de abordagem qualitativa, articulando pesquisa bibliográfica e documental, com base em marcos normativos e documentos institucionais relativos às políticas examinadas. O estudo dialoga com a literatura crítica sobre privatização educacional, reconfiguração do papel do Estado e disputas em torno do direito à educação, buscando compreender como esses processos se expressam nos casos selecionados.

Além desta introdução, o artigo está organizado em três seções. A primeira apresenta o referencial teórico que fundamenta a análise, discutindo os processos de privatização educacional e as disputas em torno dos sentidos do direito à educação na América Latina. Em seguida, são analisadas as políticas Acelera SEDUC e Secundaria Aprende, situando-as no interior das reformas educacionais desenvolvidas em suas respectivas jurisdições. Por fim, o artigo apresenta uma análise comparativa das experiências estudadas, destacando convergências, especificidades e tensões relacionadas às transformações contemporâneas das políticas educacionais na região.

Metodologia

O estudo é de natureza qualitativa e articula procedimentos de pesquisa bibliográfica (Fonseca, 2002) e documental (Cellard, 2012), tomados como estratégias centrais para a análise crítica das políticas educacionais. Parte-se do pressuposto de que tais políticas constituem produções histórico-institucionais atravessadas por disputas políticas, econômicas e ideológicas, não podendo ser analisadas como instrumentos neutros ou meramente técnicos.

A pesquisa bibliográfica teve como objetivo a construção do marco teórico-analítico que orienta a interpretação do objeto, mobilizando produções nacionais e internacionais sobre privatização da educação, racionalidade gerencial, tecnossolucionismo, Nova Gestão Pública e disputas em torno do direito à educação na América Latina. Esse levantamento permitiu delimitar categorias centrais para a análise, como gestão por resultados, incidência do setor privado, reconfiguração do papel do Estado e direito à educação, orientando a leitura e a interpretação das fontes documentais.

A pesquisa documental foi conduzida a partir de uma perspectiva crítica, voltada à análise da política educacional em suas relações com as transformações contemporâneas do Estado e das formas de regulação educacional. As contribuições de Evangelista e Shiroma (2019) oferecem subsídios teórico-metodológicos importantes para a análise de documentos de políticas educacionais, ao defenderem que a pesquisa deve buscar apreender os objetivos

anunciados e as intencionalidades presentes nas políticas. Sob esse enfoque, os documentos são compreendidos como produções históricas e políticas, atravessadas por disputas e interesses diversos, exigindo uma postura analítica ativa diante das fontes.

O recorte empírico contempla a análise de duas políticas educacionais subnacionais, selecionadas por sua centralidade no cenário recente das reformas educacionais em seus respectivos países e por expressarem tendências observadas no contexto latino-americano. Ambas são analisadas como parte de processos mais amplos de reforma educacional desenvolvidos em suas respectivas jurisdições.

No caso brasileiro, analisa-se o Programa Acelera SEDUC, implementado no estado do Piauí a partir de 2023. As fontes documentais incluem marcos normativos, documentos orientadores, relatórios institucionais, materiais oficiais e conteúdos disponibilizados nas páginas institucionais da Secretaria de Estado da Educação do Piauí (SEDUC-PI).

No caso argentino, a análise incide sobre a política Secundaria Aprende, implementada a partir de 2025 na Cidade Autônoma de Buenos Aires. As fontes documentais compreendem o Documento Marco Secundaria Aprende, o Régimen Académico Secundaria Aprende, normativas correlatas e materiais disponibilizados nas páginas institucionais do Ministerio de Educación de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires.

Os documentos, inclusive os conteúdos veiculados nas páginas institucionais, foram tratados como fontes analíticas e examinados quanto às concepções de educação, aos dispositivos de gestão e avaliação, às formas de organização curricular e às estratégias discursivas de legitimação das políticas. A análise buscou compreender como diferentes mecanismos de regulação, gestão e organização da escolarização se articulam às transformações contemporâneas das políticas educacionais e às disputas em torno do direito à educação.

A opção por uma abordagem comparativa entre Brasil e Argentina não visa estabelecer generalizações, mas identificar aproximações, tensões e especificidades na materialização de processos recentes de reforma educacional em contextos nacionais distintos, situando-os no interior de tendências mais amplas observadas na América Latina.

Privatização educacional e disputas de sentido do direito à educação na América Latina

As disputas contemporâneas em torno do direito à educação na América Latina articulam-se aos processos de privatização da educação que vêm reconfigurando o papel do Estado, as concepções de educação pública e os mecanismos de condução das políticas educacionais na região. Tais processos não se restringem à transferência direta da oferta educacional ao setor privado, mas assumem múltiplas formas, incidindo sobre a gestão, o currículo, a avaliação e o financiamento da educação pública. Essas dinâmicas inserem-se no contexto das transformações recentes do capitalismo, marcadas pela hegemonia neoliberal, pela financeirização e pela ampliação da participação de agentes privados na condução das políticas públicas.

No plano regional, tais processos desenvolvem-se em um cenário atravessado por intensas disputas políticas e ideológicas. Saforcada e Ximenes (2024) analisam a América Latina e o Caribe como uma região marcada pela coexistência e pelo confronto entre distintos projetos societários, envolvendo forças de extrema direita, conservadoras tradicionais, neoliberais, progressistas e de esquerda, cujos embates se expressam diretamente no campo educacional.

Nesse contexto, as disputas em torno da educação pública articulam-se à intensificação dos processos de privatização dos sistemas educacionais e à conformação de agendas educacionais distintas ao longo do presente século. A partir dos anos 2000, consolidou-se uma agenda educacional regional que, ao mesmo tempo em que promoveu a ampliação da escolaridade, o aumento do financiamento e a extensão da obrigatoriedade, incorporou mecanismos de regulação baseados na avaliação padronizada e no controle dos resultados educacionais.

Saforcada (2021) evidencia que essa agenda passou a combinar políticas voltadas à ampliação do acesso e à inclusão educacional com a difusão de instrumentos de avaliação e monitoramento marcados por racionalidades tecnocráticas. Tal processo expressa uma tensão constitutiva entre a ampliação de direitos e a incorporação de dispositivos que reorientam os modos de organização e governança das políticas educacionais.

Nesse movimento, observa-se um reposicionamento do Estado, no qual a igualdade, a universalização e o direito à educação permanecem como referências normativas, ainda que articuladas à crescente incorporação de mecanismos de responsabilização, controle e gestão por resultados. A ampliação do acesso e da obrigatoriedade escolar não significou, necessariamente, o fortalecimento do conteúdo substantivo desse direito, mas passou a conviver com formas de regulação que redefinem seus modos de garantia e materialização.

A partir dessa lógica, a incorporação de metodologias, programas e soluções externas à administração pública passa a ser apresentada como estratégia capaz de elevar a eficiência da gestão e melhorar os resultados educacionais. Nessa direção, Peroni (2015, p. 32) afirma:

Essa perspectiva salvacionista, de que o privado mercantil deve garantir a qualidade da educação pública, não é uma visão isolada de um Instituto, ela está inserida em uma lógica que naturaliza essa participação, pois parte do pressuposto neoliberal de que não é o capitalismo que está em crise, mas o Estado. A estratégia, segundo essa concepção, é reformar o Estado ou diminuir sua atuação. O mercado é que deverá superar as falhas do Estado, portanto, a lógica do mercado deve prevalecer, inclusive no Estado, para que ele possa ser mais eficiente e produtivo.

A compreensão desses processos é aprofundada pela contribuição de Ball e Youdell (2008), que demonstram como a privatização da educação opera, em grande medida, de forma encoberta no interior do setor público. Ao distinguirem a privatização exógena, associada à entrada direta de agentes privados na oferta, gestão ou regulação da educação, e a privatização endógena, caracterizada pela incorporação de valores, práticas e técnicas do setor privado à ação estatal, os autores evidenciam como a educação pública pode ser progressivamente reorganizada segundo lógicas mercantis, mesmo quando a oferta permanece formalmente estatal. Essas modalidades tendem a se combinar, produzindo uma redefinição estrutural da política educacional e da própria educação pública. As formas assumidas por esses processos variam historicamente e entre diferentes contextos nacionais, ainda que compartilhem tendências mais amplas observadas na região.

No Brasil, as dinâmicas de privatização da educação intensificaram-se a partir das reformas do Estado dos anos 1990 e aprofundaram-se nas décadas seguintes, especialmente por meio da ampliação da atuação de fundações empresariais, institutos privados e organizações do terceiro setor na formulação e implementação de políticas educacionais, incidindo sobre a formação de professores e gestores, os sistemas de avaliação, as metodologias pedagógicas e, mais recentemente, sobre a oferta de plataformas e tecnologias educacionais.

Na Argentina, embora os processos de privatização e mercantilização educacional estejam historicamente associados à coexistência entre oferta estatal e setor privado subsidiado, observa-se, nas últimas décadas, a difusão de dispositivos gerencialistas no interior das políticas educacionais. Feldfeber, Caride e Duhalde (2020) destacam que esse

movimento tem sido acompanhado pela incorporação de noções como liderança, empreendedorismo, inovação, educação emocional e competências socioemocionais, que passam a ocupar lugar crescente nas reformas educacionais. Sob tais condições, o debate sobre a educação pública tende a ser progressivamente deslocado para referências centradas na adaptação individual, na gestão de si e no desenvolvimento de competências consideradas necessárias às transformações contemporâneas do mundo do trabalho.

As dinâmicas observadas no Brasil e na Argentina integram um processo mais amplo de reorganização das políticas educacionais na América Latina, intensificado no contexto da restauração neoliberal-conservadora em diversos países da região. Segundo Saforcada e Baichman (2022), esse movimento tem sido acompanhado pela redução dos recursos públicos destinados à educação, pela revalorização da educação privada, pelo questionamento da educação pública e pela ampliação da presença de agentes privados nos sistemas educacionais. Nesse contexto, noções como empreendedorismo, inovação e responsabilização individual adquirem centralidade crescente na formulação e legitimação das reformas educacionais.

A crescente incorporação de tecnologias digitais às políticas públicas tem sido acompanhada pela difusão do que Morozov (2016) denomina de solucionismo tecnológico. Para o autor, trata-se de uma racionalidade que tende a interpretar problemas sociais complexos como questões técnicas passíveis de solução por meio de dispositivos tecnológicos, sistemas de monitoramento, algoritmos e mecanismos de mensuração. Sob essa perspectiva, desafios historicamente relacionados às desigualdades sociais, às condições de oferta educacional e às disputas políticas passam a ser redefinidos como problemas de gestão, eficiência e desempenho.

No campo educacional, essa racionalidade manifesta-se por meio da crescente digitalização dos sistemas de ensino. Ao analisarem as transformações recentes das políticas educacionais, Lima, Peroni e Pires (2024) demonstram que o solucionismo historicamente presente nas propostas privadas é atualizado sob a forma de tecnossolucionismo, no qual as tecnologias digitais passam a ser apresentadas como resposta privilegiada aos problemas educacionais.

Sob essa racionalidade, as soluções educacionais passam a ser associadas à digitalização dos sistemas de ensino e à incorporação de recursos tecnológicos produzidos e ofertados pelo mercado. Tal perspectiva desloca o debate educacional das condições estruturais, como financiamento, trabalho docente e desigualdades sociais, para soluções

técnicas e instrumentais, reforçando a padronização, o controle e o monitoramento permanente das políticas educacionais.

Esse movimento adquire novos contornos no contexto do capitalismo digital. Díez-Gutiérrez e Jarquín-Ramírez (2026) argumentam que a crescente presença de plataformas digitais, sistemas de dados e tecnologias educacionais deve ser compreendida no interior das transformações associadas ao capitalismo digital, no qual a produção, a circulação e o tratamento de dados assumem papel estratégico. Nessa perspectiva, as tecnologias deixam de operar apenas como recursos pedagógicos ou administrativos e passam a constituir mecanismos de governança capazes de ampliar formas de monitoramento, avaliação e regulação dos sistemas educacionais, incidindo sobre a organização das instituições escolares, o trabalho docente e as trajetórias dos estudantes.

Desse modo, o direito à educação passa a ser progressivamente redefinido, tanto em seu conteúdo quanto em suas formas de garantia. Saforcada (2021) analisa esse processo como a reorganização de um direito “fora da ordem”, isto é, deslocado dos marcos democráticos que historicamente o constituíram como direito público subjetivo, ao ser submetido a critérios de desempenho, responsabilização e eficiência. Sob tais condições, as disputas em torno da educação pública deixam de se restringir à ampliação do acesso e da permanência escolar e passam a envolver os sentidos atribuídos à qualidade educacional, às responsabilidades do Estado e aos mecanismos por meio dos quais as políticas educacionais são formuladas, implementadas e monitoradas.

Nessa direção, a compreensão das transformações contemporâneas das políticas educacionais exige considerar como racionalidades gerenciais, dispositivos de avaliação e novas formas de mediação tecnológica vêm incidindo sobre a organização da educação pública e reconfigurando os sentidos do direito à educação na América Latina.

Privatização da política educacional e gestão por resultados no Piauí: análise do Programa Acelera SEDUC

O Programa Acelera SEDUC constitui-se como uma das principais estratégias da política educacional do estado do Piauí no governo de Rafael Tajra Fonteles (2023–2026), materializando as diretrizes do Plano de Governo no campo da educação. O Piauí integra a região Nordeste do Brasil, historicamente marcada por profundas desigualdades socioeconômicas e educacionais, expressas em elevados índices de analfabetismo, trajetórias

escolares interrompidas e desigualdades persistentes no acesso, na permanência e no financiamento da educação básica. Nessa conjuntura, as políticas educacionais estaduais têm sido fortemente atravessadas por agendas orientadas à elevação de indicadores de desempenho e à obtenção de resultados mensuráveis.

A política educacional desenvolvida pelo governo Rafael Fonteles tem sido apresentada como parte de uma estratégia mais ampla de modernização da gestão pública e de elevação dos indicadores educacionais do estado. Essa orientação materializa-se na expansão da educação profissional e tecnológica, do ensino em tempo integral, dos sistemas de avaliação e monitoramento da aprendizagem, bem como na incorporação de tecnologias digitais e parcerias institucionais. Nesse contexto, o Programa Acelera SEDUC não constitui uma ação isolada, mas um dispositivo articulador de diferentes iniciativas que expressam as prioridades da política educacional do Piauí.

Instituído pelo Decreto Estadual nº 21.949, de 29 de março de 2023, o Acelera SEDUC é apresentado como uma iniciativa voltada à garantia do acesso, da permanência e do avanço na aprendizagem dos estudantes da rede estadual, estruturando-se como um programa articulador de múltiplos projetos e ações no âmbito da SEDUC-PI. Seu desenho normativo explicita a centralidade atribuída a metas, indicadores de desempenho, monitoramento sistemático e mecanismos de responsabilização, elementos característicos da gestão por resultados que têm marcado a política educacional brasileira nas últimas décadas.

Do ponto de vista jurídico-institucional, o Programa insere-se em um contexto marcado pela ampliação de mecanismos de contratação de serviços, metodologias e tecnologias privadas pelo poder público. No caso do Piauí, esse movimento é reforçado pela Lei nº 5.494/2005, que instituiu o Programa de Parcerias Público-Privadas (PPPs) no estado, criando bases legais para a ampliação da participação privada na execução de políticas públicas.

O financiamento das ações do Programa ocorre por meio de recursos públicos de origem federal, instituídos por legislação nacional e executados no âmbito do fundo estadual do Piauí, provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e de precatórios do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), além de recursos não vinculados de impostos estaduais. Trata-se, portanto, de fundo público estatal que sustenta políticas educacionais cuja execução e direção passam a ser mediadas por agentes privados, sem que isso altere a natureza pública dos recursos.

O Acelera SEDUC organiza-se a partir de um conjunto articulado de projetos e ações que incidem simultaneamente sobre a gestão da rede estadual, o currículo, a avaliação educacional, a formação de professores e o trabalho pedagógico. Seus principais eixos de atuação encontram-se sistematizados na Tabela 1.

Tabela 1 – Eixos estruturantes do Programa Acelera SEDUC (2023–2026)

PROJETO	CARACTERIZAÇÃO
Ser Integral Faz Diferença	Expansão das escolas de tempo integral; ampliação do tempo de permanência dos estudantes; implementação de plataformas de ensino de Inglês e das disciplinas de Inteligência Artificial, Empreendedorismo Digital, Educação Financeira e Ambiental, em parceria com a Invest Piauí.
SEDUC Tec	Expansão do ensino profissional, técnico e tecnológico nos eixos de turismo, tecnologia da informação, energias renováveis e agrotécnica; parcerias com Sebrae e Fundação Itaú Educação e Trabalho para oferta de cursos técnicos e profissionalizantes.
Recomposição da Aprendizagem	Instituído pela Portaria nº 335/2023 com foco na elevação da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, por meio de avaliações diagnósticas, monitoramento e intervenções pedagógicas orientadas por resultados.
Avalia Mais	Ampliação de testes, provas e simulados com foco no IDEB; Prêmio Alfa-10; contrato com a Fundação CAEd, no âmbito do Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa (PPAIC).
Oportunidade Jovem	Concessão de bolsas remuneradas para monitoria estudantil e estágios em instituições públicas e privadas, no valor de R\$ 350,00 mensais.
Novo Pré-Enem Seduc + Pré-SAEB	Ações de preparação para exames externos por meio de aulas presenciais e remotas, plataformas digitais, games educacionais, monitorias e tutorias.
SEDUC Olímpica	Instituída pela Portaria SEDUC-PI/GSE nº 605/2023; implementação de práticas pedagógicas voltadas às olimpíadas do conhecimento, feiras científicas e torneios, abrangendo ensino regular, educação profissional e EJA.
Pacto pela Educação	Regime de colaboração com os municípios; inclui o PPAIC, com foco em avaliação externa, metas educacionais, plano de municipalização do ensino fundamental e calendário unificado.

Fonte: Organizado pelas autoras, com base em documentos oficiais da SEDUC-PI (2026).

A síntese apresentada permite observar que o Acelera SEDUC não se restringe a um programa específico, mas integra um conjunto articulado de iniciativas voltadas à reorganização da política educacional estadual. Os projetos reunidos sob sua coordenação articulam expansão da oferta educacional, sistemas de avaliação, tecnologias digitais e preparação para exames externos, conformando uma estratégia de gestão baseada no acompanhamento sistemático de indicadores e na indução de resultados educacionais.

Nessa direção, a distinção proposta por Ball e Youdell (2008) entre privatização exógena e privatização endógena contribui para apreender as diferentes formas pelas quais agentes privados passam a incidir sobre a educação pública. No caso da política piauiense, essas duas modalidades articulam-se, uma vez que o Programa combina a contratação direta de serviços, tecnologias e assessorias privadas com a reorganização da política educacional

segundo uma racionalidade gerencial orientada por metas, monitoramento e controle dos resultados.

A tipologia proposta por Peroni (2023) contribui para aprofundar essa leitura ao classificar os processos de privatização da educação básica segundo sua incidência na execução, na direção ou na execução e direção simultaneamente. Tal classificação permite apreender o Acelera SEDUC como um arranjo híbrido, no qual a privatização se materializa simultaneamente na execução das ações educacionais e na definição das diretrizes, metodologias e instrumentos de gestão da política.

A análise dos projetos vinculados ao Programa evidencia a atuação sistemática de instituições privadas e fundações empresariais, como Instituto Unibanco, Fundação Lemann, Fundação Getúlio Vargas, Fundação CAEd, Instituto Gesto, Itaú Social, Instituto Natura, Itaú Educação e Trabalho, Sebrae e Invest Piauí, na definição de metodologias, na oferta de tecnologias educacionais, na formação de professores e gestores e na preparação dos estudantes para avaliações externas. Sua atuação ultrapassa o fornecimento de serviços e materiais, alcançando a produção de referenciais e instrumentos que orientam diferentes dimensões da política educacional estadual.

Além da dimensão material e organizacional, a incidência do setor privado é acompanhada por um intenso trabalho discursivo de legitimação. Feldfeber, Caride e Duhalde (2020) analisam que esses processos se articulam à difusão de valores associados à Nova Gestão Pública, como inovação, liderança, mérito, competitividade e empreendedorismo, contribuindo para a construção de consensos em torno da lógica de mercado e para a naturalização da presença privada como solução técnica e inevitável para os problemas educacionais.

Nesse arranjo, destaca-se ainda a incorporação intensiva de plataformas digitais, soluções tecnológicas e metodologias padronizadas, particularmente nas ações de recomposição da aprendizagem, preparação para avaliações externas e monitoramento do desempenho escolar. Lima, Peroni e Pires (2024) analisam esse movimento a partir da noção de tecnossolucionismo, compreendido como a crença de que problemas estruturais da educação pública podem ser enfrentados prioritariamente por meio de tecnologias e instrumentos de gestão orientados por dados. Sob essa racionalidade, os desafios educacionais passam a ser reinterpretados como questões de gestão e desempenho, passíveis de intervenção por meio de dispositivos tecnológicos e mecanismos de monitoramento.

A articulação entre metas de desempenho, avaliações externas, plataformas digitais e parcerias com o setor privado revela que o Acelera SEDUC opera segundo uma racionalidade gerencial orientada por critérios de eficiência, produtividade e controle. A centralidade atribuída ao monitoramento contínuo da aprendizagem e ao cumprimento de metas de desempenho reforça um desenho de política educacional associado à constituição de quase-mercados educacionais. Laval (2019, p. 224–225) observa que:

Um bom exemplo são os discursos sobre a necessidade de uma ‘cultura da avaliação’ na escola ou a aplicação do cálculo econômico e das problemáticas contábeis na esfera da educação. A eficiência gerencial foi promovida a norma suprema, a ponto de se acreditar que a própria ação pedagógica pode ser avaliada como uma produção de ‘valor agregado’. [...] A escola é chamada a ser ‘competitiva’. Deve adaptar-se aos desejos do usuário, segundo um procedimento de ‘serviço ao cliente’.

No âmbito do Acelera SEDUC, tais dispositivos reorganizam o trabalho pedagógico e redefinem os mecanismos de condução da política educacional, deslocando o debate das condições estruturais do financiamento, do trabalho docente e das desigualdades sociais para soluções técnicas e instrumentais.

Saforcada e Ximenes (2024) argumentam que as disputas contemporâneas em torno do direito à educação na América Latina envolvem não apenas a ampliação do acesso e da permanência escolar, mas também os sentidos atribuídos à educação pública e às responsabilidades do Estado.

No caso analisado, a centralidade conferida às avaliações, aos indicadores de desempenho, às tecnologias educacionais e às parcerias institucionais evidencia formas contemporâneas de reorganização da ação estatal, associadas à ampliação da incidência privada na condução das políticas educacionais e à difusão de racionalidades gerenciais no interior da educação pública.

Reformas da escola secundária e privatização da política educacional na Cidade Autônoma de Buenos Aires: análise da política Secundaria Aprende

A política Buenos Aires Aprende foi lançada pela Cidade Autônoma de Buenos Aires (CABA) em 2024, com implementação prevista a partir de 2025. A iniciativa abrange os diferentes níveis do sistema educacional e a formação docente, estruturando-se em torno de

eixos como aprendizagens fundacionais, inovação dos processos de ensino e aprendizagem e transformação digital. Entre seus objetivos destacam-se o fortalecimento de capacidades e competências vinculadas à língua e matemática, às habilidades digitais e socioemocionais, à educação financeira e à construção do projeto de vida dos estudantes.

No âmbito dessa política mais ampla desenvolve-se a Secundaria Aprende, responsável pelas diretrizes específicas para o ensino secundário. A proposta integra um conjunto de transformações educacionais promovidas recentemente na CABA e articula-se a iniciativas voltadas ao mesmo nível de ensino, como a Nueva Escuela Secundaria (NES), lançada em 2013, e a Secundaria del Futuro, implementada a partir de 2017.

A NES concentrou-se principalmente na reformulação curricular por meio da construção de um novo desenho curricular, cuja implementação teve início em 2015 e permanece vigente. Entre seus principais elementos destaca-se a incorporação da abordagem por capacidades e competências. A Secundaria del Futuro, por sua vez, introduziu mudanças nos formatos pedagógicos, na organização institucional e no trabalho docente. A Secundaria Aprende aprofunda esse movimento ao ampliar a flexibilização dos tempos e espaços escolares, fortalecer dispositivos de acompanhamento dos percursos estudantis e reforçar a centralidade atribuída às capacidades, competências e percursos personalizados de aprendizagem.

Tomadas em conjunto, essas iniciativas expressam uma trajetória de reformas orientadas pela reorganização curricular, pela flexibilização institucional e pela ampliação de mecanismos de acompanhamento das trajetórias escolares no nível secundário. Nesse processo, a Secundaria Aprende não constitui uma política isolada, mas integra um conjunto mais amplo de medidas voltadas à reorganização da educação na jurisdição.

A CABA ocupa posição singular no cenário educacional argentino devido à forte presença histórica do setor privado na oferta educacional. Segundo o Documento Marco Secundaria Aprende (MEDGC, 2024b), 49,2% dos estudantes da educação secundária frequentam instituições públicas, enquanto 50,8% encontram-se matriculados em escolas privadas. Trata-se de uma configuração particular na qual a oferta estatal convive com ampla participação do setor privado na escolarização da população.

Essa configuração distingue a CABA de outras jurisdições argentinas e constitui uma condição relevante para compreender a circulação histórica de atores privados, discursos gerenciais e formas híbridas de provisão educacional no sistema educacional local.

Do ponto de vista jurídico-institucional, a política encontra-se regulamentada pela Resolución N.º 2339-MEDGC/24, que estabelece suas diretrizes operacionais e integra o Plano Estratégico Buenos Aires Aprende (Resolución N.º 1602-MEDGC/24). A iniciativa articula-se ainda à Lei de Educação Nacional N.º 26.206/2006 e a normativas locais que regulam a organização do nível secundário.

Os documentos oficiais apresentam a reforma como resposta a um cenário de dificuldades persistentes no ensino secundário. Segundo o Documento Marco Secundaria Aprende (MEDGC, 2024b), os dados das avaliações TESBA² indicam que 61,5% dos estudantes do 3º ano apresentam desempenhos baixos em matemática, enquanto em língua e literatura esse percentual alcança 41,3%, com maior incidência entre estudantes pertencentes aos setores socioeconomicamente mais vulneráveis. Além disso, os documentos registram taxas de evasão e conclusão escolar utilizadas para sustentar a necessidade de transformação do nível secundário e justificar a implementação da reforma.

A Secundaria Aprende organiza-se em torno de quatro eixos principais: organização da aprendizagem, organização dos conteúdos, organização da escola e organização docente. No eixo da aprendizagem destaca-se o Plano Pessoal, instrumento voltado ao acompanhamento individual dos estudantes, desenvolvido por meio da atuação do Professor Acompanhante de Trajetórias (PAT) no interior do Projeto Institucional de Acompanhamento de Trajetórias (PIAT).

No plano curricular, a proposta organiza os conteúdos em saberes troncais (língua e matemática), laboratórios interdisciplinares de ciências e oficinas formativas voltadas ao desenvolvimento de capacidades e competências consideradas estratégicas para a inserção dos jovens nas dinâmicas sociais e produtivas contemporâneas.. A reorganização escolar enfatiza a flexibilização dos tempos e espaços pedagógicos e a ampliação da autonomia institucional, enquanto a reorganização docente propõe mecanismos de concentração de cargos e fortalecimento do trabalho colegiado.

A política também prevê que as escolas reorganizem suas dinâmicas institucionais para incorporar abordagens orientadas por capacidades e competências digitais transversais, ampliar práticas educativas vinculadas ao mundo do trabalho, implementar mecanismos sistemáticos de acompanhamento das trajetórias escolares e flexibilizar agrupamentos, tempos e espaços de aprendizagem (MEDGC, 2024a).

² O TESBA (Tercer año de Estudios Secundarios en la Ciudad de Buenos Aires) é a avaliação jurisdicional aplicada bianualmente pelo Ministério da Educação da Cidade em escolas secundárias de gestão estatal e privada, destinada a aferir os logros de aprendizagem dos estudantes em Lengua y Literatura e Matemática.

Entre os dispositivos mobilizados para esse acompanhamento destaca-se a plataforma Mi Escuela³, utilizada para o registro e a gestão de informações acadêmicas e administrativas dos estudantes. A ampliação do uso desses instrumentos digitais evidencia que os mecanismos de acompanhamento individual das trajetórias articulam-se a formas de monitoramento e gestão da informação escolar, integrando a estratégia mais ampla de reorganização da educação na jurisdição.

A análise desses dispositivos permite identificar a incorporação de práticas associadas à privatização endógena, nos termos da distinção proposta por Ball e Youdell (2008), uma vez que introduzem no interior da escola pública valores, técnicas e linguagens vinculadas à gestão empresarial, como liderança, inovação, responsabilização individual e foco em resultados.

A centralidade atribuída ao desenvolvimento socioemocional, ao projeto de vida, à autorregulação dos estudantes e ao acompanhamento individual das trajetórias escolares expressa formas de reorganização da escola secundária orientadas por lógicas de desempenho e monitoramento.

Nessa direção, Feldfeber, Caride e Duhalde (2020) observam que as reformas educacionais argentinas recentes têm difundido noções como liderança, empreendedorismo, inovação e educação emocional, contribuindo para a incorporação de linguagens e práticas gerenciais no interior da educação pública. No caso da Secundaria Aprende, esses elementos articulam-se à flexibilização curricular, à centralidade das competências e à reorganização das trajetórias escolares, apresentadas como estratégias de modernização da escola secundária.

Ao mesmo tempo, a política mobiliza elementos associados à privatização exógena, especialmente por meio de iniciativas de aproximação entre escola e setor privado. Projetos como o Vinculación con el Futuro promovem práticas educativas articuladas ao mundo do trabalho em cooperação com organizações privadas, ampliando a participação de atores não estatais na execução de ações educacionais. A realização de jornadas formativas e capacitações em instituições como a Universidad Torcuato Di Tella e a Universidad Católica Argentina (UCA) expressa, ainda, a participação de agentes externos na definição de metodologias e estratégias vinculadas à implementação da reforma.

³ Trata-se de uma plataforma de gestão digital centralizada, implementada pelo Ministério da Educação do Governo da Cidade de Buenos Aires, que integra informações acadêmicas, administrativas e pedagógicas, reunindo funcionalidades relacionadas à matrícula, frequência, avaliação e planejamento escolar. A plataforma conecta equipes gestoras, docentes, estudantes e famílias e constitui um instrumento de monitoramento e acompanhamento das trajetórias escolares, articulado aos processos de digitalização da gestão educacional desenvolvidos na jurisdição.

Sob essa perspectiva, a tipologia proposta por Peroni (2023) contribui para compreender a presença simultânea de processos de privatização na execução e na direção da política educacional. Embora a oferta escolar permaneça sob responsabilidade estatal, observa-se a participação de atores externos na formulação de metodologias, na formação de profissionais e na definição de estratégias que orientam a implementação da reforma.

A análise da Secundaria Aprende evidencia que as transformações propostas para o nível secundário articulam mudanças curriculares, flexibilização institucional, acompanhamento individual das trajetórias escolares e novas formas de relação entre a escola e atores externos. Sob a justificativa de modernização da escola e melhoria das aprendizagens, a reforma reorganiza práticas pedagógicas, mecanismos de gestão e dispositivos de acompanhamento dos estudantes, produzindo mudanças que extrapolam o plano organizacional e incidem sobre os sentidos atribuídos à educação secundária.

Esses elementos conferem especificidade à reforma implementada na CABA e constituem dimensões centrais para a análise comparativa com o Programa Acelera SEDUC, desenvolvida na seção seguinte.

Convergências e tensões nas reformas educacionais: Acelera SEDUC (Piauí) e Secundaria Aprende (CABA)

A comparação entre o Programa Acelera SEDUC, desenvolvido no estado do Piauí, e a política Secundaria Aprende, implementada na Cidade Autônoma de Buenos Aires (CABA), permite identificar convergências relacionadas às transformações recentes das políticas educacionais na América Latina, bem como diferenças vinculadas ao lugar que cada iniciativa ocupa no interior das políticas educacionais de suas respectivas jurisdições.

Embora situadas em contextos históricos, institucionais e socioeconômicos distintos, ambas as políticas integram estratégias mais amplas de reorganização da educação pública. No Piauí, o Acelera SEDUC atua como programa articulador da política educacional estadual, reunindo ações voltadas à expansão da educação profissional, à ampliação do ensino em tempo integral, ao fortalecimento dos sistemas de avaliação e ao monitoramento dos resultados educacionais. Na CABA, a Secundaria Aprende constitui um componente da política Buenos Aires Aprende direcionado especificamente à reorganização da escola secundária, articulando mudanças curriculares, flexibilização institucional e acompanhamento das trajetórias escolares.

Em ambos os casos, observa-se a centralidade atribuída aos mecanismos de acompanhamento das aprendizagens e à produção de informações voltadas à gestão educacional. As duas políticas mobilizam diagnósticos baseados em indicadores de desempenho e trajetórias escolares para justificar processos de intervenção sobre a organização da escola e sobre o trabalho pedagógico. Avaliações, sistemas de acompanhamento e instrumentos de monitoramento assumem papel relevante na condução das reformas, ainda que sejam operacionalizados de formas distintas em cada contexto.

Também se verificam convergências quanto à ampliação da participação de agentes externos à administração educacional. No Piauí, essa presença manifesta-se por meio de fundações empresariais, institutos privados, plataformas educacionais e contratos voltados à formação, avaliação e gestão. Na CABA, observa-se a participação de universidades privadas, organizações vinculadas ao mundo do trabalho e iniciativas que aproximam a escola secundária de atores externos à rede pública. Em ambos os casos, tais relações ultrapassam o fornecimento de serviços específicos e passam a incidir sobre metodologias, estratégias de implementação e formas de organização das políticas educacionais.

Apesar dessas aproximações, as diferenças entre as experiências analisadas tornam-se mais evidentes quando se observam as estratégias predominantes de intervenção adotadas por cada política. No caso do Acelera SEDUC, a reorganização educacional ocorre principalmente por meio da ampliação dos mecanismos de avaliação, monitoramento e gestão orientada por indicadores de desempenho. A expansão de plataformas digitais, sistemas de acompanhamento e instrumentos de gestão de dados ocupa posição central na condução da política, articulando-se à presença de instituições privadas na formulação e execução de diferentes iniciativas.

Na Secundaria Aprende, por sua vez, a intervenção concentra-se sobretudo na reorganização pedagógica e institucional da escola secundária. A flexibilização dos tempos e espaços escolares, o fortalecimento do acompanhamento individual das trajetórias estudantis, a centralidade atribuída às competências e ao projeto de vida e a utilização de dispositivos digitais de acompanhamento, como a plataforma Mi Escuela, evidenciam uma estratégia voltada à reorganização da experiência escolar e à personalização dos percursos educativos.

Essas diferenças revelam que, embora ambas as políticas compartilhem a valorização do acompanhamento permanente das aprendizagens e da ampliação de mecanismos de gestão educacional, elas operam por meio de ênfases distintas. Enquanto o Acelera SEDUC concentra seus esforços na gestão da rede e na indução de resultados educacionais em escala

sistêmica, a Secundaria Aprende prioriza transformações na organização da escola secundária e no acompanhamento individual dos estudantes.

Tabela 2 – Convergências e tensões entre o Acelera SEDUC e a Secundaria Aprende

DIMENSÃO	ACELERA SEDUC (PIAUÍ)	SECUNDARIA APRENDE (CABA)
Lugar na política educacional	Programa articulador da política educacional estadual	Componente da política Buenos Aires Aprende voltado ao ensino secundário
Ênfase principal	Gestão da rede, avaliação e monitoramento de resultados	Reorganização pedagógica e institucional da escola secundária
Dispositivos centrais	Avaliações, indicadores, plataformas digitais e monitoramento	Plano Pessoal, PAT, PIAT e plataforma Mi Escuela
Relação com agentes privados	Fundações, institutos, plataformas e assessorias educacionais	Universidades privadas, organizações vinculadas ao mundo do trabalho e iniciativas formativas
Estratégia predominante	Gestão por resultados e acompanhamento sistêmico	Personalização das trajetórias e flexibilização institucional

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base nos documentos analisados (2026).

A comparação evidencia que as duas políticas integram movimentos contemporâneos de reorganização da educação pública observados em diferentes contextos latino-americanos. Embora assumam configurações distintas, ambas ampliam mecanismos de acompanhamento das aprendizagens, fortalecem formas de gestão baseadas em informações e indicadores e incorporam agentes externos à condução das políticas educacionais.

As diferenças observadas não decorrem apenas das especificidades de cada programa, mas também do papel que desempenham no interior de projetos educacionais mais amplos. Sob essa perspectiva, Acelera SEDUC e Secundaria Aprende expressam respostas distintas a desafios educacionais específicos, ao mesmo tempo em que revelam tendências convergentes de reconfiguração das formas de regulação da educação pública na América Latina.

Considerações finais

A análise comparativa do Programa Acelera SEDUC, implementado no estado do Piauí, e da política Secundaria Aprende, desenvolvida na Cidade Autônoma de Buenos Aires, permitiu compreender como reformas educacionais formuladas em contextos distintos integram processos mais amplos de reorganização da educação pública na América Latina.

Embora vinculadas a trajetórias institucionais específicas e a diferentes configurações dos sistemas educacionais, ambas as experiências evidenciam transformações nas formas de regulação das políticas educacionais e nas estratégias mobilizadas para enfrentar desafios

relacionados ao desempenho escolar, à permanência dos estudantes e à gestão dos sistemas de ensino.

A comparação revelou que as duas políticas ocupam lugares distintos no interior das políticas educacionais de suas respectivas jurisdições. No Piauí, o Acelera SEDUC atua como programa articulador da política educacional estadual, reunindo ações voltadas à avaliação, ao monitoramento dos resultados, à expansão da educação profissional e à ampliação de parcerias institucionais. Na Cidade Autônoma de Buenos Aires, a Secundaria Aprende integra uma trajetória recente de reformas da escola secundária, concentrando-se na reorganização curricular e institucional, no acompanhamento das trajetórias escolares e na flexibilização das formas de organização da experiência educativa.

Apesar dessas diferenças, observam-se convergências significativas relacionadas à centralidade atribuída aos mecanismos de acompanhamento das aprendizagens, à ampliação de dispositivos de gestão educacional e à participação de atores externos na condução das políticas. Em ambos os casos, avaliações, sistemas de monitoramento, tecnologias educacionais e instrumentos de acompanhamento das trajetórias escolares passam a ocupar posição relevante na organização das reformas, incidindo sobre a definição de prioridades, estratégias de implementação e formas de regulação da educação pública.

A análise também evidenciou que a incidência privada na educação pública não se restringe à transferência direta da oferta educacional, manifestando-se igualmente por meio da circulação de metodologias, tecnologias, referenciais de gestão e formas de organização que passam a orientar a formulação e a implementação das políticas educacionais. Em decorrência disso, redefinem-se não apenas as formas de intervenção estatal, mas também os sentidos atribuídos à educação pública e às estratégias de garantia do direito à educação.

As especificidades observadas não decorrem apenas das características particulares de cada política, mas também do papel que desempenham no interior de projetos educacionais mais amplos. Nessa direção, as diferenças entre as experiências analisadas expressam modos distintos de reorganização da ação estatal, ao mesmo tempo em que revelam tendências convergentes presentes em diferentes contextos latino-americanos. Tais tendências indicam a crescente centralidade de mecanismos de monitoramento, avaliação e gestão das aprendizagens na condução das políticas educacionais, ainda que materializados por meio de estratégias distintas em cada contexto.

A comparação realizada também sugere a necessidade de aprofundar investigações sobre as condições que favorecem a difusão desses mecanismos em contextos políticos e

institucionais diversos. Embora os casos analisados apresentem trajetórias históricas, configurações institucionais e formas de intervenção diferenciadas, observam-se convergências que extrapolam suas especificidades locais e remetem a transformações mais amplas das políticas educacionais contemporâneas.

Desse modo, os resultados do estudo reforçam a relevância de pesquisas que explorem, de forma mais aprofundada, as relações entre privatização da educação, racionalidades neoliberais e reconfigurações das formas de atuação estatal em diferentes contextos latino-americanos.

Por outro lado, os resultados apresentados também suscitam questões que extrapolam os casos analisados e remetem a processos mais amplos observados nas políticas educacionais contemporâneas. Chama atenção o fato de que mecanismos de monitoramento das aprendizagens, gestão por resultados, digitalização da gestão educacional e ampliação da participação de agentes privados estejam presentes em contextos nacionais distintos e em reformas associadas a diferentes agendas políticas.

Tal constatação sugere que a compreensão dessas transformações exige avançar para além da análise de políticas específicas, investigando as condições históricas, políticas e institucionais que favorecem a difusão e a legitimação dessas racionalidades em diferentes sistemas educacionais. Assim, permanece como desafio para futuras pesquisas compreender por que determinadas formas de regulação educacional adquirem centralidade mesmo em contextos marcados por disputas em torno dos sentidos da educação pública e do direito à educação, bem como identificar os limites e as contradições que acompanham sua consolidação na América Latina.

Diante desse quadro, o estudo contribui para o debate sobre as transformações contemporâneas das políticas educacionais na América Latina ao evidenciar que as disputas em torno do direito à educação não se restringem à ampliação do acesso e da permanência escolar, mas envolvem também os sentidos atribuídos à educação pública, às formas de regulação dos sistemas de ensino e ao papel desempenhado pelo Estado e por outros atores na condução das políticas educacionais.

Referências

Ball, Stephen J.; Youdell, Deborah. (2008). *La privatización encubierta de la educación pública*. Instituto de Educación, Universidad de Londres.

- Cellard, André. (2012). A Análise Documental. In: Poupart, Jean. (orgs.) *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos* (pp. 295-316). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Díez-Gutiérrez, Enrique-Javier; Jarquín-Ramírez, Mauro-Rafael. (2026). *Soberanía digital educativa: del control de las BigTech a la construcción del bien común*. Octaedro.
- Evangelista, Olinda; Shiroma, Eneida Oto. (2019). *Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: contribuições do marxismo*. In: Cêa, Georgia; Rummert, Sonia Maria; Gonçalves, Leonardo (orgs.). *Trabalho e educação: interlocuções marxistas* (pp. 83-120). Rio Grande: Editora da FURG.
- Feldfeber, Myriam; Duhalde, Miguel; Caride, Lucía. (2020). *Privatización y mercantilización educativa en Argentina*. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Confederación de Trabajadores de la Educación de la República Argentina, CTERA.
- Fonseca, João J. S. (2002). *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC.
- Laval, Christian. (2019). *A escola não é uma empresa: neoliberalismo em ataque ao ensino público*. São Paulo: Boitempo.
- Lima, Paula V. de; Peroni, Vera; Pires, Daniela de O. (2024). Novas tecnologias, velhas propostas: soluções educacionais privadas do analógico ao digital. *Trabalho Necessário*, 22(48), 1-15.
- Ministerio de Educación del Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires. (2024a). *Secundaria Aprende: documento marco*. Buenos Aires: Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires.
- Ministerio de Educación del Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires. (2024b). *Resolución N° 2339-GCABA-MEDGC. Anexo I. Lineamientos para la implementación de la política educativa “Secundaria Aprende”*. Buenos Aires: Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires.
- Morozov, Evgeny. (2016). *La locura del solucionismo tecnológico* (N. V. Piñeiro, trad.). Katz Editores.
- Peroni, Vera. (2023). As particularidades atuais do capitalismo e sua materialização em processos de privatização da educação básica. *Revista Transmutare*, 8, 1-17.
- Piauí. (2005). *Lei n° 5.494, 19 de setembro de 2005*. Estabelece o Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado do Piauí – PPP. Teresina: Governo do Estado do Piauí.
- Piauí. (2023). *Decreto n° 21.949, de 29 de março de 2023*. Institui o Programa Acelera Seduc. Teresina: Governo do Estado do Piauí.
- Saforcada, Fernanda. (2020). Educación, políticas públicas y mercado: nuevas modalidades y viejas disputas. En Rodríguez Martínez, C., Saforcada, F. y Campos-Martínez, J. (coords.) *Políticas educativas y justicia social: entre lo global y lo local* (pp. 47-66). Ediciones Morata.

Saforcada, Fernanda. (2021). Fuera del orden: consideraciones sobre el derecho a la educación en tiempos adversos. En: Acosta, F. (org.). *Derecho a la educación y escolarización en América Latina* (pp. 57-75). CLACSO; Universidad Nacional de General Sarmiento.

Saforcada, Fernanda; Baichman, Alan. (2022). Derecho a la educación, políticas públicas y escuela secundaria en América Latina: deudas y desafíos. En Eder da S. Silveira; Mônica R. da Silva; Sergio Martinic y Jaqueline Moll (orgs.). *Ensino médio, educação integral tempo ampliado na América Latina* (pp. 29-54). Editora CRV.

Saforcada, Fernanda; Ximenes, Salomão. (2024). El derecho a la educación en América Latina y el Caribe. Disputas políticas y reconfiguraciones regionales. *Tramas y Redes*, (6), 17-28.

Submetido em março de 2026

Aprovado em abril de 2026

Informações autorais

Efigênia Alves Neres

Universidade Federal do Piauí (UFPI-Brasil)

Nome do grupo de pesquisa ao qual pertence, vinculado ao NEPI:

Link ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1383-3189>

Link LATTES: <http://lattes.cnpq.br/1648483580704185>

E-mail: efigeniaufpi@hotmail.com

Julieta Heurtley

Universidade de Buenos Aires (UBA-Argentina)

Nome do grupo de pesquisa ao qual pertence, vinculado ao NEPI:

Link ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-6984-647X>

E-mail: julietaheurtley@gmail.com

Fernanda Saforcada

Universidade de Buenos Aires (UBA-Argentina)

Nome do grupo de pesquisa ao qual pertence, vinculado ao NEPI:

Link ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4783-6617>

E-mail: fsaforcada@gmail.com